

PEQUENA DISCUSSÃO SOBRE O SOCIAL E O ÉTICO NA ACADEMIA TINY DISCUSSION ABOUT SOCIAL AND ETHICS AT THE ACADEMIA

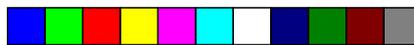
Raimundo Enedino dos Santos

Resumo: Este trabalho discute a pesquisa realizada na academia, no aspecto dos fins da pesquisa em si. Tem a mais despreziosa intenção de introduzir ao público universitário, principalmente, a problemática que envolve a pesquisa, para alertar-lhe dos perigos de desvios dos objetivos de uma universidade que observa os valores morais (indispensáveis ao pesquisador), para a direção de uma instituição que tenha profissionais voltados ao mercado de troca de bens, regido pelas leis econômicas.

Palavras-chave: moral e ética acadêmica; pesquisa acadêmica; monografia; conclusão de curso

Abstract: This paper discusses the academic research, concerning its goals, and it also aims to introduce to the students a set of problems around the research proposes, with the intent of shedding some light on their steps towards the so called academic research, with the view to keep moral principles, instead of replacing such rules of conduct with economic values within the university.

Key words: Academic moral and ethics; academic research; long essay; course conclusion



Apresentação

O objetivo estabelecido aqui é falar sobre o papel da pesquisa na universidade, levando em consideração o impacto social e o aspecto moral. O texto é fruto da necessidade de discussão dos rumos da pesquisa dentro da academia, no terceiro milênio. Em função da necessidade de exibir uma imagem de instituição respeitável, as universidades necessitam apresentar um substancial volume de pesquisa, entretanto a produção científica demanda um amparo equivalente de recursos financeiros. Nesse ambiente a comunidade acadêmica deve decidir o limiar do que é eticamente aceito, tomando como base o seu papel em fazer o bem.

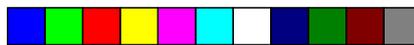
Apesar de não se tratar sobre a ética, propriamente dita, por se tratar de uma ciência que estuda o conjunto de regras morais estabelecido pelos homens em seu desenvolvimento histórico-social, nem ser um estudo da moral, que, por sua vez, está a serviço de partes ou da totalidade da sociedade, de antemão, vale buscar a definição, ainda que superficial, desses termos. A moral forma um conjunto de regras que pode ser estudado pela ética. Para uma distinção do papel da moral, busca-se a definição de Vázquez (1986, p. 87), que diz o seguinte: “A moral satisfaz a necessidade social de regulamentar de certa maneira as ações dos indivíduos numa dada comunidade”.

Os dois vocábulos trazem o sentido de “costume” em suas respectivas línguas de origem (*ethos*, em grego; *mos*, em latim). No decorrer dos tempos, o uso dos dois itens lexicais em português são utilizados indistintamente¹. Há, no entanto, uma especialização do vocábulo ética para a denominação da ciência que estuda o conjunto dos preceitos morais, como já foi dito.

Uma vez que não se pretende discutir a ciência, neste texto, esta abordagem, em outras palavras, circunscreve-se na discussão sobre o papel social da pesquisa e a observação dos valores morais na produção científica. Abrange a pesquisa, desde a sua origem na universidade, fala-se sobre a lisura dos procedimentos para a publicação dos trabalhos, as implicações dos resultados atrelados aos fomentadores, a produção criativa e a vulgaridade da cópia que já chegou à juventude mais tenra, podendo minar completamente a lógica da moral na academia.

Os princípios morais na prática da pesquisa

Os passos para a realização de uma pesquisa exigem que o pesquisador cumpra etapas que vão desde a elaboração do problema até a apresentação adequada dos resultados alcançados. Engana-se quem imagina que o resultado de uma pesquisa tem um fim único de apresentação de um trabalho monográfico com a finalidade de obtenção de grau, quer seja na conclusão de graduação, quer seja no encerramento de uma pós-graduação. O que se deve ter em mente, ao iniciar uma pesquisa, é o alcance do projeto, no que diz respeito aos seus efeitos benéficos.



O homem de ciência deve preocupar-se com as consequências sociais de sua pesquisa. Portanto, não lhe cabe a indiferença moral dos resultados alcançados. Da sua responsabilidade depende até mesmo a continuidade da vida no planeta. Vázquez (1986, p. 88) chega a afirmar que:

o cientista deve apresentar uma série de qualidades morais cuja posse garanta uma melhor realização do objetivo fundamental que norteia a sua atividade, a saber: a procura da verdade. Entre estas qualidades morais, características de qualquer verdadeiro homem de ciência, figuram sobretudo a honestidade intelectual, o desinteresse pessoal, a defesa da verdade e na crítica da falsidade.

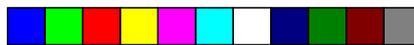
Ao se propor iniciar uma pesquisa, o pesquisador encontra-se em uma encruzilhada, a partir da qual deverá decidir qual será o ganho para o desenvolvimento da ciência; como a pesquisa afetará a humanidade e o ambiente; e, mais imediatamente, qual setor da sociedade será beneficiado. Essas inquietações, que devem estar rondando a sua mente, aguardam decisões a serem tomadas que ultrapassam os limites da metodologia científica. Com elas surgem as questões implícitas de nível social e moral que o cientista deverá resolver.

Em muitas instituições, essa atenção deve ser redobrada, em função dos poucos recursos destinados à academia. Para que se tenha uma ideia do quadro dramático da produção científica, faz-se necessário observar como o público acadêmico vem descaracterizando o papel da universidade. Sabe-se que a ciência responde pelo desenvolvimento do conhecimento humano, como também é sabido por todos que ela emana do seio da universidade. Não deveria haver nenhum tipo de hesitação quanto à função primordial da universidade nas sociedades humanas.

A pesquisa no contexto da universidade

Toma-se o exemplo do Brasil que a partir do final do século XX presenciou a expansão universitária, para ilustrar como a academia passou a exercer primordialmente o papel de agente educacional. Ora, não se deve evitar ou coibir a expansão do magistério superior. Muito pelo contrário, quanto mais pessoas acessarem o conhecimento universitário, maior será o progresso humano. Deve-se atentar, porém, para a falta de disposição para o desenvolvimento das pesquisas. Com certeza a produção científica não deve ser vista como processo ancilar ao ensino e à extensão. Pelo contrário, esses dois últimos papéis da universidade devem expressar na prática a obtenção dos resultados alcançados nas pesquisas. Ou seja, o ensino e a extensão pressupõem a existência primordial da pesquisa, e não o contrário, como vem sendo feito nos campi universitários.

Para que esse quadro se inverta, é fundamental que a universidade destine recursos materiais e humanos para o revigoramento da pesquisa. Isso quer dizer, inclusive, que a academia tem obrigação de aperfeiçoar o seu qua-



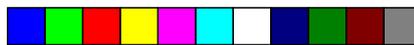
dro de pesquisadores, incentivando o seu ingresso nos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Isso daria uma guinada na concepção de que o conhecimento acadêmico deve eternizar-se através da repetição insana de conteúdos preestabelecidos e consagrados. Pode-se dizer que alguns estabelecimentos têm acolhido a denominação de *instituição de ensino superior* – IES, por não se enquadrar no que ficou consagrado como universidade, nesse caso, sim, a sua função poderá ser apenas a aplicação do que a academia produz. Trata-se de uma nova entidade. Pois, vale lembrar que ao contrário disso, o esperado é que a ciência mantenha eternamente a sua vicissitude, característica que lhe é peculiar e fundamental.

Com a elevação do nível dos pesquisadores, os estudantes passariam a compreender melhor qual é o papel da pesquisa em seus respectivos cursos. Consequentemente, o número de trabalhos acadêmicos forjados seria reduzido ao máximo. É forçoso reconhecer que as monografias encomendadas a terceiros são o indício de que o papel da pesquisa está, em parte, equivocado. É urgente a alteração desses parâmetros vigentes, em razão do conhecimento na academia correr o risco de ficar relegado à dependência total das pesquisas realizadas em poucas instituições que levam a sério a produção de novos conhecimentos.

A falta de alta qualidade do profissional que exerce o magistério é refletida nos resultados dos estudantes dos níveis fundamental e médio. Com o advento da Rede Mundial de Computadores, os professores solicitam pesquisas sobre determinado tema, sem fornecer ao seu pupilo as referências necessárias, pois sabem que os buscadores cumprem esse papel, para o qual o instrutor não está preparado. Todavia, a qualidade dos documentos acessados pode ser questionada. Além disso, os procedimentos da pesquisa são negligenciados, pois os jovens apenas copiam e colam os dados, que depois de impressos são apresentados ao educador. Esse tipo de atividade ao invés de ajudar, apenas desvia o estudante para a inobservância do respeito à propriedade alheia, retira qualquer possibilidade de reflexão sobre o que se está pesquisando e torna-o um potencial receptor de estudos fraudulentos de que se fala neste texto. Assim começa o círculo vicioso de um processo que deveria ser incólume.

Não se pode contar com os pais para que as atividades dos estudantes sejam supervisionadas, pois esse é o papel do professor. Isso sem considerar que muitos pais não têm condições técnicas de cumprir essa obrigação. Algo que se apresenta em níveis alarmantes no mundo, já que muitos deles não utilizaram a mesma tecnologia em sua formação, como é possível notar pelas reportagens diuturnas sobre o assunto.

Portanto, é necessário que todo o corpo acadêmico se esforce um tanto para que se possa alterar essa inércia nas pesquisas. A academia deve unir forças com elementos presentes na sociedade que possam destinar-lhes recursos, sem que, para isso, tenha de atrelar os resultados à condição de acesso apenas ao elemento fomentador. Esse é um aspecto muito sério a ser tratado, já que a prática tem revelado que os pesquisadores estão, na maioria das vezes,



sós nos momentos de captação de recursos para as pesquisas. A instituição universitária não vem envidando esforços, para angariar e destinar os recursos necessários à pesquisa, por essa razão, o pesquisador lança-se à busca de patrocínios financeiros, que muitas vezes o tornam refém de um sistema regido pela lógica da usura.

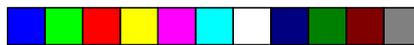
O financiamento das pesquisas

A pesquisa na universidade não deve estar atrelada à lei da mais-valia. A lógica do capital não deve ser transplantada para a produção da pesquisa universitária. As relações do sistema econômico dominante afetam de uma forma ou de outra todos os setores da sociedade. A academia não se encontra isenta disso. Entretanto, o seu público deve lembrar, de forma absolutamente límpida, que as leis do lucro máximo geram uma moral própria, a qual não deve ser expandida para todos os setores da sociedade, principalmente para o cerne da academia, em que o princípio moral aponta para trazer benefícios à sociedade sem ter em vista o retorno financeiro que possa ser gerado.

Quando o pesquisador se associa às empresas que têm como objetivo último o lucro, o alcance social de sua pesquisa pode ficar restrito aos ganhos que os patrocinadores possam ter. Do ponto de vista da qualidade moral, o pesquisador tem uma atitude reprovável, pois utiliza a academia para beneficiar muito poucos, quando não proporciona benefícios para si mesmo. Não é preciso lembrar que a moral egoísta estabelecida pelo sistema capitalista prevê que cada um deve cuidar do seu bem-estar, independentemente dos outros. Muitas vezes, para a satisfação desse bem-estar é necessário atropelar o bem-estar alheio.

Há um movimento de pesquisadores, no momento, que exige mais transparência dos seus pares no julgamento dos artigos para publicação em periódicos científicos, pois há uma alegação de que alguns pesquisadores tendem a não aceitar determinados artigos ou demorar a publicá-los, apenas para ganhar tempo e publicar resultados que lhes deem prioridade sobre o assunto na área, dessa maneira podem manter uma reputação alta e garantir prestígio junto aos fomentadores para angariar mais fundos para o seu grupo de pesquisa. Na universidade, o conhecimento científico não deve ser submetido a esse tipo de moral, apesar da necessidade de levantamento de fundos para que a pesquisa se realize.

Percebe-se a delicadeza da existência desse impasse, em que o pesquisador é obrigado a conceder os seus resultados apenas àquele que solicitou/fomentou o trabalho científico. O profissional deve empenhar seus esforços para que os resultados sejam válidos para as empresas que lhes dão ajuda financeira, sem que isso restrinja o acesso ao seu trabalho unicamente para esse público. Muito menos que os resultados sejam manipulados pelos patrocinadores com o objetivo de escamotear os malefícios que a sua atividade econômica proporciona ao meio ambiente, muitas vezes com impacto



social arrasador. Grandes empresas já institucionalizaram a prática da pesquisa direcionada para os seus objetivos, montando o seu próprio parque de pesquisa. Vê-se que essa sistemática absorveu parte do papel da academia, para evitar constrangimentos éticos que sua necessidade de pesquisa poderia provocar, conseqüentemente há aí o encolhimento do papel da universidade.

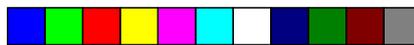
Outra saída para a satisfação dos problemas financeiros encontra-se na busca pelos órgãos fomentadores oficiais. Entretanto, tais órgãos cerceiam, de forma velada, a liberdade da universidade, ao estabelecer áreas prioritárias de aplicação de recursos. Sabe-se que, na medida do possível, continuam financiando pesquisas em todas as áreas científicas. Entretanto, um olhar mais atento denuncia as prioridades de políticas estabelecidas por esses órgãos. Isso implica que a academia deve adequar-se aos planos políticos traçados pelas agências fomentadoras oficiais, em detrimento da demanda social de sua pesquisa.

A experiência acadêmica tem mostrado que a cada dia o fomento à pesquisa universitária tem voltado a sua atenção às áreas de conhecimento que despertam interesses imediatos ao amplo universo do desenvolvimento político e econômico. Obviamente, os agentes responsáveis por tal fenômeno alegam estarem sempre preocupados com o desenvolvimento econômico e social. Isso deve ser questionado pela academia, pois a liberdade de escolha das áreas e dos temas a serem pesquisados tem de emanar de suas trincheiras, e não ser ditadas a partir do exterior. Esse é o meio mais seguro para se evitar o mercenarismo acadêmico e devolver à academia a tranquilidade de que precisa para promover a ciência.

A produção (discutível) de monografias

A lógica da moral capitalista também atinge aquele pesquisador que deseja chegar aos resultados de sua pretensa pesquisa através da compra de monografias. Se a academia se propõe a desenvolver o conhecimento humano, obviamente, o homem deve fazer parte desse progresso. Quando o estudante delega sua responsabilidade a terceiros, ele está, obviamente, terceirizando a sua tarefa, como acontece no mercado, com empresas de prestação de serviços; e, assim, não cumpre a etapa de desenvolvimento do conhecimento. Além de tudo, compra algo que deveria ser invendável.

Mais uma vez, atua aí a lógica da moral capitalista. O pesquisador, que vende o seu trabalho, aliena o seu esforço com a mera pretensão de lucro. E a pessoa que o compra torna-se reprovável moralmente, em razão de apoderar-se de algo, que não é de sua autoria, como se fosse seu. A pessoa contratante da pesquisa segue, em uma escala menor, os mesmos passos das empresas que apresentam a ajuda financeira como meio de apoderar-se dos resultados de pesquisa, como se fossem uma propriedade alienável. Esses dois elementos são partes de um mesmo problema, diferem apenas na proporção de suas ações. O mais grave ainda é que, atrelado à compra de pesquisa, está o direito ao diploma universitário. Então, a compra da pesquisa pode ser interpretada como a compra do diploma, já que sem a monografia não há



como concluir o curso, se assim for o projeto do curso.

Além dos profissionais que vendem as monografias inseridos no seio da academia, existem aqueles que estão se organizando em verdadeiras indústrias. O comércio de monografias vem proporcionando um crescimento de empresas no ramo, formadas por pesquisadores das mais diversas áreas. Os quais são guiados pela lógica da alienação de mão-de-obra, por isso não sentem remorsos (BASTOS, 2005) por estarem em uma atividade espúria, apesar de saberem da ilegalidade da atividade.

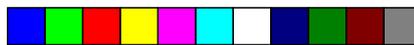
Importa recordar que a lógica da alienação do trabalho é estabelecida em função do trabalhador desconhecer completamente os beneficiários do seu esforço. Isso implica em saber que ele é desprovido das características de consciência e de criatividade. A alienação não só está estabelecida na produção dos bens, como também é verificada na necessidade de consumo produzida artificialmente com a finalidade de se promover maiores lucros. A consciência e o poder de decisão sobre o que deve ser consumido ficam alijados. Dessa forma, o cidadão passa a ser visto como um mero consumidor. A moral que neste momento histórico é aceita nesse tipo de produção é inadequada para a produção da pesquisa. A universidade ainda tem como pretensão a formação crítica e criativa do cidadão.

O estudante precisa reconhecer que não é um consumidor de monografias. Os resultados de pesquisa não são produtos comercializáveis. Por isso, na universidade, deve-se prevenir o comércio de pesquisas tanto para empresas patrocinadoras, quanto para o público interno que deseja atingir qualquer nível acadêmico. É importante que a ideologia seja desmascarada. O público universitário deve saber que a ideologia está a serviço das classes dominantes, por isso se revela um instrumento de dominação que serve para alienar e evitar o atrito entre as classes. A moral é uma das formas através das quais a ideologia cumpre o seu papel. Portanto, tendo isso em consideração, mais uma vez, deve-se conceber que a lógica que impera no plano da economia não deve ser aceita como uma verdade absoluta para o modo de agir na universidade. E isso é possível, porque nem todos os fatos morais recobrem todos os setores sociais.

Palavras finais

Ainda tocando o ponto da autoria do trabalho acadêmico, é fundamental que todos respeitem o conhecimento produzido anteriormente. Pesquisar é pressupor a implementação de novos dados ao conhecimento de conteúdo prévio. Ninguém parte do nada absoluto para realizar um trabalho de pesquisa. Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer o que já foi descoberto e citar a responsabilidade da autoria. Só assim, através da honestidade, pode-se reconhecer que o cientista busca trazer a verdade, exercendo o respeito em relação ao seu semelhante para o bem da humanidade.

Durante toda esta exposição, vem-se dizendo que o cientista deve estar amparado pelos preceitos morais, mas a natureza do conteúdo interno



da ciência deve estar além das restrições, já que a ciência é moralmente neutra. Para enfatizar: as regras morais devem dizer respeito apenas ao pesquisador. Vázquez (1986, p. 88-9) sustenta que “As considerações morais, neste terreno, perturbariam a objetividade e a validade das proposições científicas e a transformariam em mera ideologia”. Nota-se, portanto, que a restrição que pode ser impetrada pelos preceitos morais pode perturbar a ciência em sua jornada através do movimento ascensional.

As academias devem promover acompanhamento mais rígido na construção de monografias. Um caminho para isso é utilizar o maior número possível de profissionais especializados na orientação de um menor número possível de estudantes. Esse tipo de providência garante uma maior intimidade com o desenvolvimento do estudante e um controle maior, no sentido de evitar as fraudes que vêm se proliferando. Além disso, já existe programa computacional que detecta trabalhos acadêmicos falsos. Não obstante, detecta apenas a forma mais superficial do trabalho, portanto, é apenas mais uma ferramenta para auxiliar na avaliação por parte dos professores. A mera cópia já deveria ter sido coibida com tal programa. Muitas instituições, porém, têm retirado as monografias de conclusão de graduação do projeto do curso, alegando que as fraudes impedem o objetivo esperado. Essas instituições têm razão; só que parcial. Uma vez retirada a monografia final, não há outro instrumento que a substitua e mantenha o mesmo nível de formação. Nesse sentido, o estudante continua sendo prejudicado na sua formação, que deveria ser crítica e criativa. Isso quer dizer que as universidades que seguem esse caminho só conseguem evitar o comércio, sem poder exercer o seu papel fundamental que é o de desenvolvimento através da pesquisa.

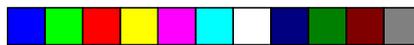
Nota

¹ ÉTICA. O termo ‘ética’ [...] significa ‘costume’, e, por isso, a ética foi frequentemente definida como a doutrina dos costumes, sobretudo nas tendências empiristas. A distinção aristotélica entre as virtudes éticas [...] indica que o termo ‘ético’ é tomado primeiramente apenas em um sentido de “adjetivo” [...]. Na evolução posterior do sentido do vocábulo, o ético se identificou cada vez mais com o moral, e a ética chegou a significar propriamente a ciência que se ocupa dos objetos morais em todas as suas formas, a filosofia moral. (MORA, 2001, p. 931)

² MORAL deriva de mos, “costume”, do mesmo modo como ética [...]; sendo por essa razão que “ética” e “moral” são empregadas às vezes indistintamente. Como disse Cícero (De fato, I, 1), “posto que se refere aos costumes, [...], costumamos chamar esta parte da filosofia dos costumes, mas convém enriquecer a língua latina e denominá-la moral”. Contudo, o termo “moral” costuma ter uma significação mais ampla que o vocábulo “ética” (MORA, 2001, p. 2011).

Referências

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 196p.



- BASTOS, Geraldo. Teses fraudulentas invadem faculdades. *A Tarde*. Salvador, 27 mar. 2005. Empregos e Mercados, p. 1.
- CHAUI, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 2001. 118p. (Primeiros passos)
- ÉTICA. In: MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Tomo II (E-J). Trad. Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno, Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2001, p. 931.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1991. 249p.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p. (Trilhas)
- LUSA. Internet: Alunos plágiam cada vez mais para trabalhos escolares. In *O Público*. Disponível em: <http://www.publico.pt/Tecnologia/internet-alunos-plagiam-cada-vez-mais-para-trabalhos-escolares_1421717> [Acesso em: 09 fev. 2010]
- MORAL. In: MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Tomo III (K-P). Trad. Maria Stela Gonçalves, Adail U. Sobral, Marcos Bagno, Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2001. p. 2011.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 144 p.
- SANTOS, Theotônio dos. *Conceito de classes sociais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 80 p.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. 9. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986. 267 p.